

Da imanência secreta à transcendência sistemática: análise bibliográfica do crescimento do PCC

Lucas Resende de Lima

UNB – Universidade de Brasília

O PCC é superlativo: em sentido geográfico, em membros, em dinheiro, em ambição, em influência e em complexidade. Pode parecer espantoso observar o contraste do tamanho do PCC com a quantidade de pesquisa que se faz nesse tema, mas a verdade é que não há surpresa nenhuma nisso. As dificuldades que premeiam o estudo de contextos de (i)legalidades são muitas como coloca Loïc Wacquant:

O resultado do fechamento da penitenciária para os pesquisadores sociais, que se tornou redundante pelo alijamento da noção de reabilitação e a negligência crescente dos pesquisadores em relação a um modo de punição considerado grosseiro e obsoleto, é que os estudos observacionais descrevendo o mundo cotidiano dos reclusos desapareceram no momento mesmo em que os Estados Unidos implantavam o encarceramento em massa e outros países [...] pavimentavam cuidadosamente a sua própria via na direção do Estado penal. (WACQUANT, p 21)

De fato estudar prisões não é tarefa fácil seja pelo desinteresse do próprio Estado nestes estudos (em geral por ser também conivente), seja pela natural resistência de seus próprios atores em serem estudados (naturalmente um grupo que pratica ações ilícitas não tem interesse em que seu funcionamento seja esmiuçado) ou seja pelo próprio desinteresse demagógico da população em geral que se encontra inserida em um contexto de fetichização da violência por parte da mídia e punitivismo penal por parte do Estado¹. O resultado no campo destas características é uma impossibilidade de se ter um estudo completo em sentido estrito do PCC: qualquer análise naturalmente é parcial e não é problema que assim o seja. Cada análise traz consigo uma ótica e um viés, que varia com que foco se procura dar, e cada uma produz resultados diferentes que

¹ Como mostrou Josmar Jozino em seu livro “Cobras e Lagartos”: “O massacre no maior presídio da América Latina (Carandiru) teve péssima repercussão internacional. Mas, em São Paulo, imediatamente após os primeiros informes os telefones das principais emissoras de rádio não paravam de tocar. Muita gente queria saudar a atitude dos PMs. Alguns lamentavam que o número de mortos não fosse maior. Outros defendiam até a implosão do presídio com os detentos restantes dentro das celas”.

procuram delinear esse Leviatã contemporâneo que é o PCC. A partir dessa perspectiva o objetivo deste trabalho é juntar as abordagens sob uma perspectiva comparada de Karina Biondi (a partir principalmente do texto “Junto e Misturado”), de Gabriel Feltran (a partir do livro “Irmãos”) e de Camila Dias (a partir do livro “A Guerra”), todas essencialmente diferentes mas buscando o mesmo objetivo: encontrar lógica nos processos obscuros que deram origem e cada vez mais fortalecem o PCC. A partir das três análises e de suas semelhanças e diferenças procura-se ter uma noção melhor do porquê o PCC ser tão superlativo em tantos sentidos e porque ele representa uma mudança de paradigma para o sistema prisional, o estado de São Paulo e até mesmo para o Brasil e a América Latina.

1. Camila Dias: O Sistema.

Por mais que o Estado de maneira geral procure reduzir ou obscurecer o tamanho do PCC², desde maio de 2006³ esses esforços não passam de procurar tapar o sol com uma peneira. Segundo dados presentes no próprio livro “A Guerra” de Camila Dias no início de 2018 o PCC possuía mais de 29mil filiados com representantes em todas as unidades da federação e em 2016 o faturamento com a venda de drogas era de 200 milhões de reais. As proporções que tomou o PCC não são mais passíveis de se ignorar. Sua presença e influência transcende os muros das prisões e se consolidou de forma análoga a um sistema de governo em que se relacionam indivíduos membros do PCC (irmãos) ou aliados que correm junto⁴ com o PCC (primos), o PCC como “pessoa jurídica”⁵, sociedade civil e o Estado brasileiro ou até mesmo outras “facções” de outros estados⁶. De fato, tamanho crescimento não seria possível sem uma forma de sistematização interna que acaba também se delineando a partir da necessidade de relação entre poderes como mostra Camila Dias:

O PCC se organiza em células – as “sintonias” – atuantes nas prisões e nos bairros pobres das centenas de cidades brasileiras. Essas células estão conectadas e formam coletivos

² Em 2011 Antônio Ferreira Pinto, 5 anos após os ataques, ainda negava a existência do PCC e afirmava que se tratava apenas “trinta pessoas influentes”.

³ Uma das principais demonstrações de força do PCC na forma de ataques que morreram 564 pessoas segundo dados de estudo da Uerj.

⁴ A expressão “correr junto” transcende uma simples aliança ao evocar uma ideia de caminhada compartilhada por aqueles que tem experiências parecidas no sistema prisional.

⁵ Camilla Dias traz a distinção entre o PCC como “pessoa jurídica” e como “pessoa física” que diferem em sua representação: um determinado irmão pode fazer negócios de maneira pessoal (ou seja apenas se envolvendo como pessoa e não com representante do partido) ou representando os interesses do PCC de forma análoga a uma “pessoa jurídica”.

⁶ Em um primeiro momento a relação de até mesmo parceria com o Comando Vermelho ou mesmo depois a relação de guerra e alianças com facções do Norte e do Nordeste se configuram como alguns dos contatos relacionais do PCC com outras facções.

decisórios com âmbito regional, estadual, nacional e internacional. [...]Estão em São Paulo as duas instâncias máximas do PCC: a Sintonia Geral Final (SGF) e o Resumo Disciplinar, formadas por um seletivo grupo de presos da Penitenciária II de Presidente Venceslau. A relação entre as sintonias é menos de submissão que de colegialidade, reflexão conjunta e debates. Mas decisões estratégicas – a morte de um criminoso importante ou o ataque ao Estado, por exemplo – devem vir da última instância. Conforme explicou um preso que havia pertencido à cúpula do PCC e estava jurado de morte na época da entrevista: “A Sintonia Geral Final é o STF”.

A Sintonia dos (Outros) Estados e Países e o Resumo Disciplinar dos Estados e Países – duas instâncias vinculadas e que aparentemente se confundem – são as mais altas instâncias do PCC para fora de São Paulo. Elas estabelecem a conexão entre o comando central, em São Paulo, e as células espalhadas dentro e fora do sistema penitenciário brasileiro e de outros países. O PCC é também composto por sintonias “temáticas”: a Sintonia dos Gravatas, responsável pela contratação e pelo pagamento de advogados; a Sintonia da Ajuda, que atua na distribuição de cesta básica e demais auxílios a integrantes da facção; a Sintonia do Cadastro, responsável pelos registros de batismo – como são chamados os processos de filiação – e relatórios de punição.

A Sintonia do Progresso, das mais complexas da organização, responde pelas atividades que envolvem os lucros da facção e se desdobra em várias outras, como a Sintonia do Bob, atuante no comércio de maconha; a Sintonia da 100%, ou seja, da cocaína pura; a Sintonia das FMS, encarregada das bocas de fumo. (DIAS, MANSO, 2018, p. 14/15).

Apesar da aparente hierarquização a própria autora do livro deixa claro que a organização horizontal e a colegialidade foram cruciais para o sucesso do PCC. A ideia de que todos eram iguais (ou irmãos) naturalmente encontrava identificação com populações historicamente oprimidas por poderes verticais. Além disso o próprio processo de instauração da igualdade entre os presos foi construído historicamente como o próprio Marcola⁷ mostra em seu depoimento para a CPI do Tráfico de Armas em 2016 ao mencionar o processo que derrubou os líderes e fundadores originais do PCC:

Aí as pessoas ligadas a essa liderança se embriagaram com esse sucesso todo e acabaram cometendo atrocidades pior do que aquelas que eles vieram para coibir. Aí, quando eu tive esse problema com Geleirão, o que que eu fiz? Vieram jogar pra mim toda a liderança do PCC. [...] Que que eu fiz? Peguei um número de pessoas e distribuí o poder. (https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20060708-marcos_camacho.pdf)

A própria adição do termo Igualdade ao lema do PCC não veio com sua gênese e só passou a ser adotado de fato após um longo processo de assimilação.

Dessa forma ao incorporar instancias centralizadas capazes de agir inclusive em negociações com o estado⁸ ou em atividades empreendedoras mas que mantivesse esse ideal de igualdade o PCC se torna uma espécie de arena política em que toda atitude precisa ser comprovadamente uma forma de agir “pelo certo” sob pena de, em caso de não cair bem com os

⁷ Um dos personagens principais no processo de criação e consolidação do PCC.

⁸ Vários casos são abordados por Marcola em seu depoimento a CPI do Tráfico de Armas.

irmãos, acabar sendo “cobrado” depois o irmão que tomou tal decisão. O efeito que isso gera é uma constante politização de atitudes de violência tanto pelo PCC como pela mídia e governo. Como mostra Camila Dias ao comentar as consequências de uma rebelião realizadas pelo PCC em fevereiro de 2001:

Apesar da reação do Estado, a histórica rebelião dos presos foi uma vitória política para o PCC porque serviu para revelar a capacidade do grupo de agir em defesa dos interesses dos encarcerados. (DIAS, MANSO, 2018, p. 93).

Com efeito o sucesso do PCC tem sua raiz na sua proposta de um crime pacificado e de um fim a tantas injustiças no sistema carcerário. A luta já tem frutos claros como a queda vertiginosa nos números de mortos tanto em quebradas como em prisões⁹. Mesmo com todas as evidências ainda se insiste (mídia e governo) em tratar o PCC simplesmente como uma “facção criminosa”¹⁰. Porém se não é uma facção criminosa pura e simples o que seria então o PCC? Como pode de maneira tão sorrateira um grupo tomar tais proporções?

2. Gabriel Feltran: A Sociedade Secreta.

“Como podemos formular uma visão geral dos assuntos tendo sempre visões parciais?” é com essa pergunta que Gabriel Feltran introduz a ideia de metáfora de referência e logo a responde:

Há sempre duas maneiras: a experiência concreta ou a dedução lógica, uma espécie de adivinhação. Em qualquer dos casos, usamos alguma referência para apoiar o raciocínio. No caso da Toyota Frontrunner, [caso hipotético em que se observa apenas um dos lados de uma Toyota Frontrunner] sabemos que é um tipo de “carro”. Temos experiência em vê-los por cima, por baixo, pelo lado. Mesmo que não pensemos a respeito nossa cabeça utiliza essa referência e faz com que enxerguemos a Toyota inteira quando vemos, na verdade, sempre um só lado. Não é preciso adivinhar o outro lado. (FELTRAN, 2018, p. 19/20).

A ideia de uma metáfora de referência é crucial para se entender algo tão extenso como o PCC e a sua escolha influencia drasticamente as conclusões que se pode chegar. O maior exemplo disso encontra-se no próprio Estado¹¹. Historicamente para a administração pública o PCC era analisado ou como “facção criminosa” ou como “empresa”. Por mais impreciso que tais metáforas de referência possam parecer em contraste com estudos mais aprofundados do PCC não há dúvida que ambas as metáforas tenham fundamento.

⁹ Como pontua Karina Biondi “A criação do PCC é vista por muitos como o fim de um tempo no qual imperava uma guerra de todos contra todos, onde a ordem vigente era “cada um por si” e “o mais forte vence”. As agressões físicas eram bastante comuns, qualquer banalidade era motivo para ir pra decisão na faca.”

¹⁰ Um exemplo é a notícia <https://oglobo.globo.com/brasil/desde-janeiro-pf-fez-ao-menos-quatro-operacoes-contrabrazo-financeiro-de-facciao-23868489>.

¹¹ Aqui Estado refere-se ao estado brasileiro mesmo que em um primeiro momento o PCC se concentra-se mais no estado de São Paulo, com as proporções tomadas pelo grupo o próprio Governo Federal acabou sendo cúmplice (um exemplo são as prisões federais).

A primeira e mais fácil metáfora de referência para se partir é a de “facção criminosa”. Essa metáfora parte da observação mais superficial do PCC por ter nascido na cadeia, por sempre estampar a bandeira do “mundo do crime”, por cometer grandes quantidades de atos ilegais e principalmente por ser essa a principal narrativa criada pela mídia e pelo governo (em especial o governo de São Paulo). Era conveniente ao estado de São Paulo a ideia de classificar o PCC como uma “facção criminosa”: ao se criar um inimigo comum (que se fazia presente por meio da recente violência urbana da metrópole) se é possível justificar uma intensificação de práticas repressivas em periferias que remontam a ditadura militar¹². Ao se associar esse pensamento com a forte fetichização da violência policial que se tem na sociedade brasileira as atrocidades cometidas pela Polícia Militar de São Paulo eram aplaudidas de pé e se tornavam ações midiáticas com fins eleitoreiros por serem amplamente exaltadas pela mídia de maneira geral o que acabou por difundir amplamente a ideia do PCC como “facção criminosa” ou como o próprio Marcola traz em seu depoimento à CPI do Tráfico de Armas em 2006 ao ser questionado se o PCC não haveria causado as rebeliões de maio de 2006 com fins políticos (versão amplamente noticiada):

Não. Totalmente mentira isso daí, não tem sentido. Muito mais pelo sentido de que o sistema penitenciário, de uns meses para cá, vinha tranqüilo. Havia uma rebelião ou outra num CDP ou outro, mas nunca esteve tão tranqüilo o sistema penitenciário. Então não teria motivo para que houvesse rebeliões para melar eleição. E, pelo contrário, quem usou politicamente o Geleirão foi o Alckmin, quando mandaram matar aqueles caras do ônibus na Castelinho, que os promotores denunciaram a Polícia por execução, porque foram todos com tiro na cabeça e nos braços, se defendendo, quem ganhou a eleição foi o Alckmin. Não melou nada. Ele ganhou em cima de 11 assassinatos. Isso é uma coisa que a Polícia Civil sabe, o Ministério Público sabe. A cúpula da PM sabe que existia um grupo chamado Grade dentro da PM, que orquestrou, armou os presos com armas de festim, certo? Quem ganhou a eleição aí foi o Alckmin, usando esse tipo de situações. Ele é muito mais criminoso que eu, porque eu nunca mandei matar 11 pessoas. (https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20060708-marcos_camacho.pdf).

Os problemas dessa metáfora são vários¹³ mas basta se ater aos seus resultados práticos: a violência policial associada ao um recrudescimento penal, com seu maior exemplo na “guerra as

¹² Talvez o principal exemplo seja o “Esquadrão da Morte” criado em 1968 sob a liderança de Sergio Paranhos Fleury.

¹³ Karina Biondi aponta, por exemplo, para o fato de uma facção passar a ideia de uma estrutura piramidal que vai de encontro com a ideia de horizontalidade do PCC ou mesmo a presença de influências do PCC até mesmo em locais em que não existiam membros o que aponta para uma influência muito mais ampla que de uma simples facção.

drogas”¹⁴, criou uma massa de presos em condições completamente adversas¹⁵ e uma população periférica criada em um estado de violência, privação e cárcere, ou seja, um processo de guetização¹⁶. O resultado final disso é justamente esse PCC superlativo que cresce a partir das experiências comuns de privação e violência na rua e um convívio isolado e insalubre nas prisões.

Os que partem da metáfora de referência “empresarial” observam especificamente a face financeira do PCC. Um grupo que movimenta tanto dinheiro com drogas e armas de uma forma violenta e predatória não poderia deixar de ser comparado a uma empresa. Essa metáfora também cai por terra por não chegar nem perto de explicar as nuances que justamente levaram o PCC a este estágio. Esse processo não ocorreu da noite para o dia e não pode ter suas características ignoradas ou se arrisca uma compreensão incompleta do PCC. O próprio poder federal muitas vezes acaba por acreditar que o dinheiro é onde se encontra o verdadeiro poder do PCC¹⁷. Ações nesse sentido foram igualmente infrutíferas devido a enorme pulverização tanto do poder quanto dos negócios do PCC. A tentativa de isolar supostos “cabeças”, por exemplo, apenas contribuiu para suas ideias se espalharem mais pelos presídios para que esses “irmãos” eram transferidos.

Em face de tantas metáforas de referência Feltran sugere a utilização da ideia de “sociedade secreta”, algo parecido com a Maçonaria, para descrever o PCC. Essa metáfora, além de mostrar bem o lado intrusivo (resultado do processo de guetização) da política do PCC mostra bem sua presença transcendente nas prisões e quebradas: uma sociedade secreta não possui faces ou

¹⁴ Como pontua Wellington Caixeta e Analía Batista: “Essa guetização dos jovens nas prisões foi acelerada pela política de guerra às drogas, uma política penal que levou ao encarceramento massivo dessa população, e que teve impacto na multiplicação e fortalecimento das gangues, através da incorporação de novos membros e da criação e recriação de códigos culturais. Por isto, consideramos que a guerra às drogas é muito mais do que uma política seletiva de encarceramento focada em jovens negros pobres. Ela é, na verdade, o pivô do aprofundamento do processo de guetização das prisões, na medida em que promove a seleção, do ponto de vista étnico-racial daqueles que serão confinados no gueto e moldados em práticas de violência e crueldade, como soldados de seus próprios exércitos suicidas, que passarão pela experiência excitante da guerra fratricida e/ou do estabelecimento de uma paz muito violenta.”

¹⁵ Um dos mais famosos exemplos é o do transporte de presos de um lugar para outro também conhecido como “bonde” que podem durar até 12 horas e os presos ficam expostos ao sol, calor, fumaça do escapamento, privação de necessidades básicas e humilhação.

¹⁶ Para Loïc Wacquant o gueto “é uma instituição de duas faces, na medida em que serve a funções opostas para dois coletivos aos quais une em uma relação assimétrica de dependência. Para a categoria dominante, sua função é circunscrever e controlar, o que se traduz no que Max Weber chamou de “cercamento excludente” da categoria dominada. Para esta última, no entanto, trata-se de um recurso integrador e protetor na medida em que livra seus membros de um contato constante com os dominantes e permite colaboração e formação de uma comunidade dentro da esfera restrita de relações criada. O isolamento imposto pelo exterior leva a uma intensificação do intercâmbio social e cultural dentro do gueto. O gueto é o produto de uma dialética móvel e tensa entre a hostilidade externa e a afinidade interna que se expressa como uma ambivalência no nível do consciente coletivo.”(WACQUANT, 2004, p 159).

¹⁷ Um exemplo é o plano do ex-ministro da Justiça Sérgio Moro de “asfixiar” financeiramente o PCC trazido como ideia principal no combate ao “crime organizado” (Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/justica-sob-moro-quer-focar-lavagem-de-dinheiro-para-asfixiar-crime-organizado.shtml>)

representantes mas tem representatividade perante seus membros. Essa representatividade foi e é construída tanto por meio de práticas sociais (muitas vezes no contexto de suprir faltas do Estado¹⁸) quanto por meio de uma oferta de adequação social dentro do gueto. Essa comunidade que oferece adequação cria simbolicamente a oportunidade de exercer uma masculinidade específica pelo “proceder”¹⁹ que orienta tanto localmente e individualmente os comportamentos sociais quanto de maneira mais ampla a própria forma de criação de legitimidade do PCC como um todo. Seria “o certo da vida errada”.

No PCC, como em todo o mundo do crime – o que inclui a ética das ruas e quebradas de todo o Brasil, e ainda a de todos os ambientes que reiteram o proceder como código esperado de conduta do homem -, essa masculinidade contraditória é a principal fonte de poder. Ou seja, não se espera que o Estado regule as relações cotidianas entre as pessoas, mas que essa ética masculina dê conta delas. (FELTRAN, p. 274)

Essa reprodução de legitimidade e pertencimento por meio da masculinidade encontra terreno fértil em guetos o que explica seu crescimento vertiginoso. Isso é observado no caso do PCC mas existem outras formas como é o caso das milícias no Rio de Janeiro²⁰. Em ambos os casos a construção de legitimidade é o que gera localmente o sentimento de pertencimento.

No caso do PCC o “proceder” (que quando aplicado ao longo do tempo representa a “caminhada” ou a reputação do sujeito no crime) é a chave para o funcionamento como sociedade secreta. Cada membro ocupa posições de acordo com sua caminhada e ela mesma serve como fonte da confiança atribuída ao irmão que ocupa a função e a qualquer momento seu proceder pode e deve ser questionado. Dessa forma se dispensa uma estrutura piramidal de comando e até mesmo o conhecimento do funcionamento do todo por cada parte (como numa sociedade secreta). Outra metáfora que Feltran usa traz o PCC como “rede”. Para se conectar a rede é preciso saber a “senha” que são os códigos sociais internos e conduta adequados à cada rede. Cada sintonia representa um repetidor de sinal dessa rede e indivíduos podem sintonizar-se a ela. Da mesma forma que uma rede de internet quanto mais longe do “roteador” mais fraco seria seu sinal.

A partir dessas visões fica claro como a visão do PCC como uma facção criminosa qualquer não abarca o fenômeno como um todo. Suas praticas e regras se propagam de maneira orgânica sempre pautada pelo “proceder” que acaba por incidir tanto imanentemente nos “irmãos” quanto

¹⁸ Alguns exemplos são a resolução de conflitos e garantia de direitos.

¹⁹ Segundo Adalton Marques: “No interior das prisões, o “proceder” é uma enunciação que orienta parte significativa das experiências cotidianas, distinguindo presos de acordo com seus históricos “no crime”, diferenciando artigos criminais, alicerçando resoluções de litígios entre presos, estabelecendo modos de se portar na chegada à prisão, modos de utilização do banheiro, modos de habitação das celas, modos de se portar no refeitório, modos de se portar durante os dias de visita, modos de se despedir do cárcere, etc.”.

²⁰ Como Bruno Paes Manso coloca ao se referir ao processo de auto legitimação de milícias “ Uma estratégia bem sucedida para a consolidação de autoridade foram os churrascos com moradores, também frequentados por homens com uniformes e armas de calibre pesado, representando a nova lei local. Funcionava quase como um teatro público, cheio de simbolismos, para que as pessoas não so exergassem o tamanho da encrenca, caso pensassem em desobedecer as regras, mas também para que se aproximassem deles.” (PAES MANSO, p.22)

transcendentemente no PCC como coletivo. A partir daí qualquer decisão está essencialmente pautada no proceder e confere ao PCC um caráter de “rede multicanal.”²¹

A revolução interna do PCC, atribuída ao igualitarismo defendido por Marcola e seus parceiros foi tão sangrenta quanto principalista. Sinalizava para um aprendizado do qual do qual o PCC não se esqueceria nas décadas seguintes: a arte da chefia sem mando. As sintonias passam a ser o modo de organizar a facção, e cada uma delas age com total autonomia em relação as outras. O modelo de sociedade secreta é fortalecido na facção, incorporando as estruturas empresariais e militares. (FELTRAN, p.33)

3. Karina Biondi: a Transcendência e a Imanência.

Definitivamente o local de partida empírico de Karina Biondi é o mais singular ao se colocar em sua pesquisa como participante direta na narrativa que pretende tecer. Sua condição dupla de pesquisadora e esposa de um “irmão” promove uma narrativa antropológica singular que por vezes promove dificuldades a mais e por vezes promove uma análise mais profunda que qualquer outra. Uma pesquisa como essa produz mais informações do que se pode coletar muitas vezes e requer o esforço constante de ressignificação de experiências e vivências uma vez que a própria experiência sensível da pesquisadora é parte do objeto de estudo como a autora comenta:

As coisas não me foram todas dadas a conhecer em períodos delimitados, em segmentos da pesquisa de campo passíveis de serem descritos. Muitas me passaram despercebidas, outras sem importância ou relevância, a ponto de eu sequer me preocupar em tomar nota. Em muitas das visitas, voltei para casa sem ter o que registrar em meu caderno de campo. [...] Mas tempos depois, ao vivenciar outras experiências, situações ocorridas em alguns daqueles dias eram requisitadas a se unirem a novas informações e compõem dados importantes para a pesquisa. Aquelas informações ganhavam então visibilidade e importância, pois eram fundamentais à elucidação do que estava acontecendo. (BIONDI, p.11)

Tal necessidade de ressignificação se dá devido à proximidade que a pesquisadora tem de seu objeto muitas vezes se confundindo com um “mundo da vida”²². Com efeito o PCC parece sempre habitar (ou até mesmo se confundir com ele) esse “mundo da vida” coletivo de várias periferias e cadeias gerado por experiências comuns entre seus habitantes conjunto que transcende os limites formais do PCC: se manifesta onde não há membros, rege ações em instituições

²¹ Para Korybko “a rede multicanal satisfaz o modelo de ‘descentralização tática’, que ocorre quando ‘os membros não têm que recorrer a uma hierarquia porque ‘eles sabem o que fazer’. Isso faz das unidades individuais ‘uma só mente’ e impõe um desafio extremamente difícil de contrapor por causa de todo o ‘turvamento’ entre ações ofensivas e defensivas”. (KORYBKO, p. 52)

²² Conceito habermasiano que consiste no estoque de sentidos não problematizados compartilhados entre falantes que serve de pano de fundo para sua comunicação.

carcerárias onde não há “irmãos”, aparece como mediador de conflitos²³ e faz parte do imaginário coletivo de maneira geral. A consequência disso é uma confusão entre fronteiras de o que seria o PCC e o que seria o sistema carcerário ou até mesmo da fronteira entre PCC e “mundo do crime”²⁴ como um todo. Esse processo de ressignificação é feito muitas vezes pelos próprios presos²⁵ o que leva à necessidade em muitos casos à adoção de expressões nativas (irmão, primo, zé povinho, etc.). Ao se ressignificar, uma tentativa de aproximação desses conceitos acabaria por tirar parte de seus sentidos originais.

Ao se observar a incidência do PCC no sistema prisional e até na sociedade brasileira como um todo é difícil se afastar de uma ideia de transcendência por sua aparente onipresença. De fato, mesmo observando que uma utilização de uma “velha caixa de ferramentas da antropologia”²⁶ poderia resultar no emprego de uma “estrutura sobrecodificadora capaz de aparar todas as arestas que esboçam uma expansão em rumo ainda não determinado” (BIONDI, p. 37), Biondi observa, a partir de sua análise de campo, a “existência de um modelo transcendente na dinâmica do PCC” (BIONDI, p. 36) que aparece, inclusive linguisticamente, sob a denominação de PCC, Crime, Comando, etc. Os presos acabam por ser influenciados pela tradição ocidental de pensamento de transcendência e observam no PCC esse poder que exerce controle sobre seus participantes e estabiliza suas relações. Para que essa transcendência faça sentido em um contexto aparentemente hierarquizado (presença de “instâncias” mais altas de representatividade como as “torres”) é preciso um esvaziamento do indivíduo:

A partir do momento que o indivíduo é esvaziado a favor do “sistema” ou da “população”, em que se dissolve o individual no coletivo, a questão da liderança deixa de fazer sentido. De fato, aos “irmãos” não cabe liderar, mas zelar pelos cumprimentos dos “ideais do Comando”. Atuando em nome do Partido, os “irmãos” aparecem como meros operadores do PCC, que toma forma de uma força que é reificada e ganha autonomia e superioridade em face de seus produtores. (BIONDI, p.156)

Essa transcendência do PCC não foi sempre presente no sistema carcerário, mas foi construída ao longo de diversos processos políticos naquilo que Gabriel Feltran se referiu como a

²³ O principal exemplo pode ser o “Tribunal do Crime” evento detalhado por Gabriel Feltran em seu artigo Cime e Castigo na Cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo.

²⁴ Entende-se por “mundo do crime” de acordo com Gabriel Feltran: o conjunto de códigos e sociabilidades estabelecidas, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos e furtos.

²⁵ Como a própria Karina Biondi destaca: “os presos fala da “sociedade” para de referirem ao fora; não só o exterior da prisão, mas o fora do “Crime””.

²⁶ Esta expressão se refere ao uso de teorias clássicas que observavam a sociedade como uma “moldura para quem nela nasce” (BIONDI, p. 35).

“revolução interna do PCC”. A partir daí o PCC iniciou seu processo de descentralização e horizontalização que teve como principal consequência prática a inclusão do termo “Igualdade” no lema do PCC que “se torna uma tensão constitutiva à própria existência do PCC” (BIONDI, p.154). Essa transcendência pode ser personificada na forma do “proceder” que acaba por representar de certa forma um deslocamento da administração da vida nas prisões do corpo de funcionários para os próprios presos. A partir disso se observa como a ideia de PCC transcendente é construída, adaptada e manejada pelos próprios presos de maneira localizada e descentralizada. Com efeito isso reflete o próprio funcionamento do PCC: suas atitudes em busca do ideais de “paz nos presídios” e “guerra contra o sistema” de maneira horizontal em que se preza pela igualdade que se estende além das fronteiras do próprio PCC e acaba incidindo em quase todo o sistema carcerário e boa parte da sociedade brasileira. Como a própria Karina Biondi explica:

Em suma, o que proponho é uma antropologia imanentista sobre uma construção nativa de transcendência. Se afirmo que o PCC exerce alguma influência sobre a prisão, não é porque o considero uma força anterior que exerce um poder sobre os presos, ditando o que devem ou não fazer, mas sim o nome de uma instância mais ampla que está sendo construída e operada localmente: uma produção local de uma transcendência que, por sua vez, também têm agência. Também é produtora das relações travadas entre os prisioneiros. (BIONDI, p.38)

Essa concepção traz a ideia de uma articulação entre imanência e transcendência no funcionamento do PCC que não se trata de um dualismo, mas sim “uma mútua penetração que forma um meio que compreende a ambas” (BIONDI, p. 149). Essa relação entre imanência e transcendência parece colocar um PCC sobre uma ótica favorável para sua compreensão como fenômeno tão atípico. O PCC parece ser consequência natural de um sistema prisional completamente carente de representatividade e completamente precarizado e com uma massa cada vez maior de prisioneiros que compartilham experiências (ou caminhada como qualifica o próprio PCC) e dentro de suas imanências acabam construindo, sendo influenciados, representando e sendo representados por um PCC transcendente, mas a partir de suas próprias localidades ou imanências. No fim, como coloca o próprio Marcola em seu depoimento à CPI do Tráfico de Armas ao ser questionado se determinada atitude que ele atribui “ao sistema penitenciário” não partiria de “um grupo específico”, é uma questão de representatividade:

Não, pois o grupo simboliza o sistema, porque o sistema é o grupo porque tudo que o grupo faz, ele não faz aleatoriamente. Ele faz tudo conversando com o sistema. O sistema apoia o grupo. Isso aí o senhor pode ter certeza. (https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20060708-marcos_camacho.pdf)

Conclusão

No contexto atual brasileiro existe cada vez menos distinção entre política e guerra. O consenso democrático da nova constituição dá lugar a uma disputa de narrativas que produz guerras²⁷ que a retroalimentam de maneira contaminada. A percepção do público e o consenso são manipulados por meio de mídia, “Fake News” e redes sociais em uma busca de uma hegemonia representativa. O PCC já atua nesse sentido há muito tempo²⁸. Seja o PCC (ou outras facções) ou sejam as milícias são travadas várias “guerras irregulares”²⁹ e cada vez mais essas guerras são simbióticas com o centro do poder estatal. Por meio da abordagem indireta o governo Bolsonaro instrumentaliza o debate de segurança pública procurando modular a percepção sobre o tema. Essa estratégia, ao ser associada às redes sociais e à desinformação sistemática por parte do Governo Federal, pode ser colocada no contexto de uma “guerra híbrida”³⁰. Essa cismogênese³¹ tende a cada vez mais acirrar o tensionamento social que é ao mesmo tempo sua causa e consequência.

De fato, a lógica de masculinidade que permeia o “proceder” retroalimenta a lógica de masculinidade da milícia³² e vice-versa, assim como a violência urbana retroalimenta o punitivismo penal e vice-versa. Essas construções simbólicas de masculinidade têm em sua raiz a violência como resolução de conflitos típica da urgência pela resolução de questões básicas³³.

O processo de guetificação dos presídios e periferias de São Paulo culminou numa mudança de paradigma na segurança pública do estado com a consolidação do PCC como unificador do crime em toda a região. Sua inserção então no cenário brasileiro ajuda a explicar o equilíbrio de forças e disputa de narrativas que estão em curso no contexto de uma guerra híbrida. Nesse sentido e a partir das visões dos três livros abordados, fica clara não só a dificuldade em observar e entender o PCC mas também em filtrar as informações conflitantes e falaciosas próprias desse tipo de guerra que vem de todos os lados (estado, mídia, redes sociais, etc). Não basta uma ótica para enxergar um fenômeno tão grande que se insere em um contexto mais vasto ainda. Como coloca Feltran:

²⁷ A “guerra as drogas”, “guerra contra corrupção”, “guerra contra o crime organizado, etc.

²⁸ Pode-se perceber isso, por exemplo, com o sequestro do repórter da Rede Globo em Agosto de 2006. A mensagem passada pelo PCC foi endereçada à população e governantes e criticava a aplicação do Regime Disciplinar Diferenciado.

²⁹ Segundo a definição estado-unidense no United States joint doctrine trata-se de “uma luta violenta entre atores estatais e não estatais por legitimidade e influência sobre as populações relevantes.”

³⁰ “A dinâmica de uma guerra híbrida consiste justamente em disparar algumas operações psicológicas e deixar os diversos atores sociais operarem a seu favor, construindo por si só aquela que é sua principal característica: a estratégia da abordagem indireta” (LEIRNER, p. 31)

³¹ “Definirei cismogênese como um processo de diferenciação nas normas de comportamento individual resultante da interação cumulativa dos indivíduos. (...) Temos não apenas de considerar as reações de A ao comportamento de B, mas ir adiante e considerar como estas afetam o comportamento posterior de B e o efeito disso sobre A.

³² “A disposição de Lobo [nome fictício de entrevistado ex-milicano] para matar, portanto, não era a de um psicopata. Tampouco sua obsessão por caveiras era satânica. Sua determinação homicida não decorria de uma pulsão nem fazia dele um assassino que matava para defender os próprios interesses. Considerava a violência que praticava instrumento de defesa de um ideal coletivo. Definiu sua trajetória com base numa antiga crença segundo a qual o assassinato garantia poder ao assassino e sua transformação em herói na guerra cotidiana contra o crime” (MANSO, p. 10)

³³ Direitos básicos em presídios no caso do PCC e segurança pública no caso das milícias por exemplo.

Essa máquina de produção de desigualdade é também uma máquina de produção de violência urbana, o que é ainda mais grave. Violência entendida como uso da força, sobretudo da força armada, toda ela concentrada na interação entre ladrões, vítimas e policiais, que paradoxalmente estão do mesmo lado – o mais fraco – nessa cadeia de negócios da China. (FELTRAN, 2018, p. 115).

Gabriel Feltran alerta sobre a importância da escolha de uma metáfora de referência, mas também alerta para as limitações inerentes de qualquer uma. A partir disso fica clara a importância da existência de várias. Cada um dos livros abordados neste texto traz suas visões que são potentes, mas ainda é preciso mais. Diante da maior instabilidade política, social e sanitária da história recente do país o paradigma representado pelo PCC carece de metáforas de referência a altura enquanto retroalimenta o eterno ciclo de violência no Brasil.

Bibliografia

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: transcendência e imanência no PCC**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2009.

FÉLTRAN, Gabriel. **Irmãos: Uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PAES MANSO, Bruno; DIAS, Camila Nunes. **A guerra: A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.

MARQUES, Adalton. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. *Etnográfica*, vol. 14, 2010.

WACQUANT, Loïc. **Que é gueto? Construindo um conceito sociológico**. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 23, 2004.

JOZINO, Josmar. **Cobras e Lagartos: a verdadeira história do PCC**. São Paulo: Via Leitura, 2017.

WACQUANT, Loïc. **O curioso eclipse da etnografia prisional na era do encarceramento em massa**.

MACIEL, Wellington; BATISTA, Analía. **Prisão como Gueto: a dinâmica de controle e de extermínio de jovens negros pobres**. *Revista Observatório*, Palmas, v. 4, n. 2, p. 174-200, abr-jun. 2018.

PAES MANSO, Bruno. **A República das Milícias**. São Paulo: Todava, 1ª ed., 2020.

LEIRNER, Piero C. **O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida**. São Paulo: Alameda, 1ª ed., 2020.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas. Das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

BAETSON, Gregory. **Naven**. 1936